



**ACÓRDÃO Nº 339/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11443/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC
- 4- **Advogados:** não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente, Diretor Presidente no período de 01/01/2016 a 31/03/2016, e de 05/10/2016 a 31/12/2016, e da Sra. Rosilene Maia de Barros, Diretora Presidente no período de 01/04/2016 ao dia 04/10/2016.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1123/2018 – MP – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 583/585).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2016.

*Irregularidades. Revel. Alcance. Prazo. Multas. Prazo. Autorização. Recomendações. Determinação. Ofício. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente**, Diretor Presidente do CAESC, no período de 01/01/2016 a 31/03/2016, e de 05/10/2016 a 31/12/2016, pelas irregularidades enumeradas nos itens 14, 15.1 a 15.2, 15.5 a 15.8, e 16.1 a 16.2 do Relatório-Voto, com a devida motivação na íntegra do voto, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2423/96;
- 10.2- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC, exercício de 2016, de responsabilidade da **Sra. Rosilene Maia de Barros**, Diretora Presidente do CAESC, no período de 01/04/2016 a 04/10/2016, pelas irregularidades enumeradas nos itens 14, 15.1 a 15.2, 15.5 a 15.8 do Relatório-Voto, com a devida motivação na íntegra do voto, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2423/96;
- 10.3- **Considerar revel** o **Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente**, nos termos do art. 88 do Regimento Interno desta Corte;



**ACÓRDÃO Nº 339/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4- Considerar revel a Sra. Rosilene Maia de Barros**, nos termos do art. 88 do Regimento Interno desta Corte;
- 10.5- Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária **o Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente e a Sra. Rosilene Maia de Barros**, no valor de **19.514,86** (dezenove mil, quinhentos e catorze reais e oitenta e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, nos termos do art. 304, incisos I e VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM, sendo as glosas da seguinte forma:
- 10.5.1- R\$ 10.203,00** (dez mil e duzentos e três reais), pela não tomada dos valores registrados na conta contábil “Débitos Indevidos 2016”, conforme o item 23 do Relatório-Voto;
- 10.5.2- R\$ 9.311,86** (nove mil, trezentos e onze reais e oitenta e seis centavos), pela não comprovação da finalidade pública do gasto com combustíveis da Ata de Registro de Preço nº 006/2016, conforme o item 28 do Relatório-Voto;
- 10.6- Conceder Prazo ao Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente e à Sra. Rosilene Maia de Barros de 30 dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Municipal do valor do alcance imposto, com comprovação perante este Tribunal do valor recolhido, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei Estadual nº 2.423/96)
- 10.7- Aplicar Multa ao Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente** no valor de **35.073,02** (trinta e cinco mil, setenta e três reais e dois centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE em razão de grave infração à norma legal e regumentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, enumerados nos itens 14, 15.1 a 15.2, 15.5 a 15.8, e 16.1 a 16.2 do Relatório/Voto, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art. 308, inciso VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.8- Aplicar Multa à Sra. Rosilene Maia de Barros** no valor de **26.304,77** (vinte e seis mil, trezentos e quatro reais e setenta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE em razão de grave infração à norma legal e regumentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, enumerados nos itens 14, 15.1 a 15.2 e 15.5 a 15.8 do Relatório-Voto, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art. 308, inciso VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.9- Aplicar Multa ao Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente** no valor de **6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo atraso no envio ao sistema e-Contas dos balancetes mensais da



**ACÓRDÃO Nº 339/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

autarquia, referentes aos meses de janeiro a março e outubro a dezembro do exercício de 2016, nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

- 10.10- Aplicar Multa ao Sr(a). Rosilene Maia de Barros** no valor de **6.576,18** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE pelo atraso no envio ao sistema eContas dos balancetes mensais da autarquia, referentes aos meses de abril a setembro do exercício de 2016, nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.11- Autorizar** Inscrição na Dívida Ativa do **Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente e da Sra. Rosilene Maia de Barros** e instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento dos valores da condenação, de acordo com o disposto no art. 173 da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.12- Recomendar** à Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC que:
- a)** Realize a responsabilização e cobrança dos valores contabilizados no grupo de Créditos a Receber do Balanço Patrimonial da Autarquia, em cumprimento ao art. 39, §1º, da Lei nº 4.320/64;
  - b)** Investigue a procedência dos registros contábeis do grupo “Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo” e da conta “Créditos a Longo Prazo – Inter OFSS – União” e adote as medidas administrativas ou judiciais cabíveis, comprovando-as perante este Tribunal;
  - c)** Quando da elaboração das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, siga estritamente as regras de contabilidade voltadas ao setor público, em especial a NBC T 16.6;
  - d)** Observe os prazos legais para a publicação dos Balanços Contábeis e publique as Notas Explicativas, observando o art. 9º da Lei Complementar 06/91;
  - e)** Observe os prazos legais para envio dos balancetes mensais a esta Corte de Contas, conforme disposto nas Resoluções 13/2013 e 13/2015 deste Tribunal;
  - f)** Atenda às determinações da Lei nº 8.666/93 quando realizar licitações, em especial à adesão de atas de registro de preço de outros órgãos da Administração;
  - g)** Tome as medidas necessárias para a reativação ou alienação do veículo Toyota Bandeirantes, ano 1989, de propriedade da Companhia e encontrado em sua sede deteriorando no tempo;
  - h)** Busque a realização de concurso público para o provimento do quadro de pessoal da Autarquia, em respeito ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal;
  - i)** Promova o controle patrimonial do Órgão, designando servidor



**ACÓRDÃO Nº 339/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

para exercer a função, com criação de sistema de gerenciamento de bens, em atendimento ao art. 94, da Lei nº 4.320/64;

- 10.13- Determinar** à Diretoria da Controle Externo de Admissões – DICAD que realize o controle sobre os procedimentos de admissão de pessoal do Órgão, considerando as irregularidades apontadas;
- 10.14- Oficiar** o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS/AM, com cópia integral dos autos deste processo, para apurar as irregularidades no pagamento das contribuições previdenciárias;
- 10.15- Oficiar** a Sec. da Receita Federal do Brasil, com cópia integral dos autos deste processo, para apurar as irregularidades no pagamento das contribuições previdenciárias;
- 10.16- Arquivar** o presente processo após o cumprimento das medidas determinadas.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral